

PIB do Paraná cresce 5% no 1º trimestre, quase o dobro da média nacional e acima dos EUA

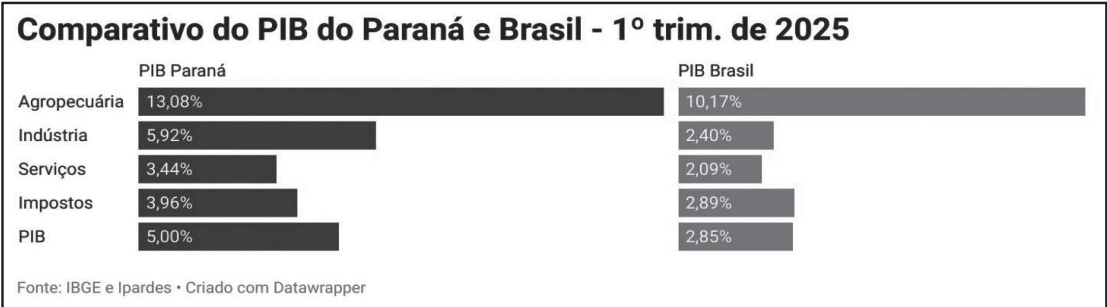
Desempenho do Estado superou a média nacional em todos os segmentos, totalizando R\$ 210,9 bilhões produzidos entre janeiro e março. Resultado foi puxado pelo agro (alta de 13,08%). Indústria também teve aumento expressivo, de 5,92%.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná cresceu 5% no 1º trimestre de 2025 na comparação com o mesmo período do ano passado. O índice, divulgado nesta segunda-feira (16) pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), com base nos dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é quase o dobro da média nacional (2,8%) e posiciona o Estado acima de potências globais, como Estados Unidos (2,1%) e os principais países europeus.

De acordo com o levantamento, o valor total do PIB do Paraná de janeiro a março foi de R\$ 210,9 bilhões. Deste montante, R\$ 37,9 bilhões são oriundos da atividade agropecuária, o que equivale a 18%. Outros R\$ 41,4 bilhões foram produzidos pela indústria (19,6%) e R\$ 108,1 bilhões pelo setor de serviços (51,3%), sendo os R\$ 23,5 bilhões restantes de impostos (11,1%).

Segundo o IparDES, o bom desempenho do 1º trimestre está ligado, sobretudo, às atividades de refino de petróleo, produção de veículos automotores, máquinas e equipamentos e geração de energia elétrica, que apresentaram fortes acréscimos de produção no 1º trimestre de 2025, no confronto com os três primeiros meses do ano passado.

O maior crescimento estadual aconteceu no setor agropecuário, que registrou alta de 13,08% no 1º trimestre, acima da média nacional de 10,17%. O resultado foi impulsionado, principalmente, pelo



desempenho das cooperativas paranaenses, que lideram a produção recorde de carne de frango, suína e bovina nos três primeiros meses de 2025. Outro indicador é o milho, que mesmo com perdas climáticas deverá ter a maior safra da história neste ano.

A indústria também apresentou desempenho expressivo, com crescimento de 5,92%, superior ao índice nacional de 2,4%. O avanço tem sido impulsionado pela instalação de novas fábricas em diversas regiões do Estado, atraídas por um ambiente favorável aos negócios, que combina infraestrutura moderna, segurança jurídica e incentivos fiscais. Entre os setores de destaque estão o automotivo, farmacêutico, alimentício, madeireiro, eletrônico e a agroindústria de alta tecnologia.

O mais recente exemplo desses investimentos da indústria foi o anúncio, no início de junho, da instalação de uma fábrica da multinacional chinesa Linglong Tire. Em parceria com a brasileira XBRI Pneus, a empresa vai investir US\$ 1,2 bilhão (cerca de R\$ 6,7 bilhões) em uma fábrica de pneus de última geração em Ponta Grossa, nos Campos Gerais.

O setor de serviços do Pa-

raná cresceu 3,44%, frente aos 2,09% registrados no Brasil, puxado pelos serviços prestados às famílias do Estado, como as atividades de alojamento e alimentação. A performance destes segmentos pode ser explicada pelo aumento da renda média da população e pelo aquecimento do consumo das famílias. O Paraná encerrou o último trimestre de 2024 com a menor taxa de desemprego da sua história: 3,3%. No mesmo período, a renda média dos trabalhadores cresceu 19,2%, a maior entre os estados das regiões Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste.

Segundo o presidente do IparDES, Jorge Callado, os dados refletem uma tendência de avanço registrada nas pesquisas econômicas conjunturais da instituição. “A produção agropecuária, a atividade industrial, as vendas do comércio e o volume dos serviços vêm crescendo de forma considerável, o que explica a elevação real dos salários e o baixo desemprego, estabelecendo perspectivas otimistas para todo o exercício de 2025”, avaliou.

Para o secretário estadual do Planejamento, Ulisses Maia, o desempenho da economia paranaense é fruto de

políticas públicas do Governo do Estado focadas no apoio ao setor produtivo, equilíbrio das contas públicas e investimentos em infraestrutura. “São ações coordenadas que têm papel importante na construção do atual cenário econômico paranaense, que

se sobressai entre os entes federativos”, comentou.

COMPARATIVO COM OUTROS PAÍSES – O IparDES também divulgou um levantamento do posicionamento do crescimento do Paraná frente ao resultado consolidado de outros países no período (confronto do 1º trimestre de 2024 com o 1º trimestre de 2025). Nesse caso, o indicador estadual é maior do que países como Espanha (2,6%), Estados Unidos (2,1%), Holanda (2,0%), Suécia (0,6%), França (0,3%), Itália (0,3%) e Alemanha (-0,2%).

Confira o desempenho do PIB do Paraná no 1º trimestre em comparação com o Brasil e outros países:

- Paraná: 5,0%
- Dinamarca: 4,0%
- Polônia: 3,7%
- Brasil: 2,8%
- Bulgária: 2,8%
- Espanha: 2,6%
- Estados Unidos: 2,1%
- Holanda: 2,0%
- Suécia: 0,6%
- França: 0,3%
- Itália: 0,3%
- Alemanha: -0,2%

Foto: Gilson Abreu/AEN
FONTE: AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS

Copel alerta: soltar balões é crime, causa danos à rede elétrica e coloca vidas em risco

Nos primeiros cinco meses deste ano, a Copel atendeu a 22 ocorrências de desligamentos por quedas de balões sobre a rede elétrica que afetaram centenas de unidades consumidoras de nove cidades do Paraná. Soltar balões é prática de crime ambiental, previsto na Lei 9.605/98, com penalidade de detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas simultaneamente.

“Ocorrências com balões colocam vidas em risco, causam desligamentos na rede elétrica e prejuízos à coletividade e, mesmo assim, se repetem ano após ano. E os locais do maior número de casos são praticamente os mesmos”, alerta o gerente de Divisão de Construção e Manutenção da Copel para Curitiba, Marcos Mikuska.

Dos casos de desligamentos por balões, Curitiba figura no topo com 12 ocorrências, no período de 1º de janeiro a 31 de maio deste ano, entre nove municípios com registros deste tipo em todo o Estado. Isso é mais que uma tendência, uma vez que no mesmo período do ano passado foram 13 interrupções de energia causadas por balões na Capital, que também esteve à frente de sete cidades, onde houve o mesmo tipo de ocorrência nos primeiros cinco meses de 2024.

“Não é possível classificar como brincadeira ou hobby uma prática que coloca a própria vida e a de terceiros em risco. A queda de um balão pode causar incêndios, derrubar aviões, paralisar



indústrias”, afirma Mikuska.

MAIS CASOS – No comparativo deste ano com o ano anterior, em 2025 houve um registro a mais de queda de balões sobre a rede elétrica. Em 2024, foram 21 ocorrências desta natureza desde o início de janeiro ao fim de maio.

Em relação aos dados dos primeiros cinco meses de 2025, Colombo aparece em segundo lugar com duas ocorrências, e Araucária, também com duas. Completando os registros, com um caso cada uma, vêm as cidades de Maringá e Ubatã, no Noroeste paranaense; Borrazópolis e Cambé, no Norte, Foz do Iguaçu, no Oeste, e União da Vitória, no Sul.

No ano passado, depois de Curitiba, o maior número de ocorrências de interrupções de energia causadas por balões foi em Campina Grande do Sul, com três casos; e com um caso em cada as cidades de Apucarana, no Norte paranaense; Araucária e Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana da capital; Guaratuba e Pontal do Paraná, no Litoral.

No primeiro dia deste mês

de junho, foi registrada a queda de um balão sobre a rede elétrica no município de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba. A ocorrência foi na Rodovia da Uva, deixando 4.982 unidades consumidoras momentaneamente sem luz na região.

De imediato, o sistema automatizado da rede elétrica da Copel isolou o trecho atingido pelo artefato e religou a maioria dos clientes. Até a retirada do balão e o conserto das avarias na rede de energia, foi necessário deixar 1.648 unidades consumidoras sem luz na região.

EMERGÊNCIAS – A Copel alerta que é fundamental que se mantenha distância das redes de energia para evitar acidentes que podem ser graves ou fatais. Em caso de emergências, o 0800 51 00 116 da linha direta da Copel pode ser acionado de qualquer telefone. Ao fazer a ligação, basta teclar a opção 1 para relatar situação de risco à vida ou acidente com a rede elétrica.

Foto: Copel
FONTE: AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS

Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro
-Estado do Paraná-
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Departamento de Licitações e Contratos



Secretaria
Municipal de
Administração
e Finanças

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2025 (PMRC)

Objeto: A contratação de ambulância e equipe de suporte avançado de vida, UTI móvel, equipe com todos os materiais e equipamentos exigidos na portaria 2048/2002 – MS, para prestarem serviços no recinto de exposições Barão Victor Von Rainer Harbach, em Ribeirão Claro, durante a realização da 27ª Fescafé, que acontecerá nos dias 03, 04, 05 e 06 de julho de 2025.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO – ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.449.579/0001-73

Contratado: NOGUEIRA & BRIGANO LTDA **CNPJ:** 55.871.240.0001-53

Valor: R\$ 20.150,00 (vinte mil, cento e cinquenta reais).

Fundamento Legal: Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Ribeirão Claro PR, 13 de Junho de 2025.

Lisandro José Néia Baggio
Prefeito Municipal
Roderlei Carlos de Oliveira
Agente de Contratação

Baixa adesão à vacina agrava casos de doenças respiratórias, alerta Secretaria da Saúde

Um levantamento apenas da região Oeste reforçou essa preocupação: das 250 crianças que foram internadas no Hospital Municipal de Foz do Iguaçu em 2025 por doenças respiratórias, apenas 18 estavam vacinadas.

O secretário de Estado da Saúde, Beto Preto, fez um novo alerta sobre a baixa cobertura vacinal contra a Influenza no Paraná na sexta-feira (13) durante coletiva de imprensa em Foz do Iguaçu, na região Oeste. Ele destacou que a imunização, que está disponível em todas as Unidades Básicas de Saúde, tem capacidade para evitar quadros graves e internações, principalmente entre crianças e idosos.

“Temos vacina contra a gripe e ela é efetiva. Não impede totalmente a infecção, mas reduz a gravidade da doença e a chance de internações e óbitos”, afirmou. Segundo ele, a circulação de vírus como o Influenza A, hoje responsável por cerca de 40% dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave, tem sido significativa neste ano, enquanto a Covid-19 caiu para menos de 1%.

Um levantamento apenas da região Oeste reforçou essa preocupação: das 250 crianças que foram internadas no Hospital Municipal de Foz do Iguaçu em 2025 por doenças respiratórias, apenas 18 estavam vacinadas.



“Isso mostra o que estamos enfrentando. A vacina está disponível, mas ainda não chegou a quem mais precisa”, afirmou o secretário.

O Paraná aplicou 2.590.251 doses da vacina contra a Influenza. A cobertura vacinal entre os públicos prioritários segue bem abaixo da meta de 90%: entre as crianças, está em 35,25%; entre as gestantes, 31,76%; e entre os idosos, o grupo com maior risco de complicações, apenas 47,16%. “O tempo está passando e o vírus continua circulando. A

cada dia de atraso, aumenta a chance de casos graves”, alertou Beto Preto.

Desde o início de 2025, o Paraná já registrou 12.011 internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), com 598 óbitos. Desse, 1.379 casos tiveram confirmação para Influenza, 560 para Covid-19, 3.043 foram associados a outros vírus respiratórios e 2.096 permanecem em investigação.

Segundo o secretário, chama atenção o agravamento dos quadros em crianças

pequenas, sobretudo por infecções com o vírus sincicial respiratório (VSR), que pode evoluir para bronquiolite e exigir internação em UTI — para o qual não há vacina disponível no SUS.

“A vacina contra a gripe está disponível em todos os 399 municípios do Estado. Pedimos à população que procure as unidades de saúde. Quanto maior a taxa de vacinação, menor será o número de internamentos, o que significa mais espaço e agilidade para atender casos

graves como da bronquiolite”, concluiu.

VACINAÇÃO – Na última semana, a Sesa publicou uma resolução com orientações para os municípios no enfrentamento à SRAG. O documento reforça medidas como atendimento prioritário para pacientes com sintomas respiratórios e ações intensificadas de vacinação dos grupos prioritários.

A Secretaria da Saúde também autorizou a abertura de 77 novos leitos em hospitais das regiões Oeste e Norte. A medida dá sequência a um plano de contingência elaborado pelo Estado responsável pela abertura de outros 58 leitos que já recebem pacientes.

Foto: SESA-PR
FONTE: AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS

Serviços e turismo acumulam altas nas atividades no Paraná em 2025, aponta IBGE

Entre os segmentos que compõem o setor de serviços, os maiores crescimentos no ano foram registrados nas empresas que atendem diretamente às famílias, como aquelas voltadas ao bem-estar, lazer e cuidados pessoais.



O volume de atividades das empresas prestadoras de serviços no Paraná cresceu 1,1% no acumulado entre janeiro e abril de 2025, de acordo com a mais recente edição da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira (13). O setor de turismo, analisado de forma segmentada pela pesquisa, também registrou avanço expressivo no período, com alta de 4,4% em relação aos quatro primeiros meses do ano passado.

Entre os segmentos que compõem o setor de serviços, os maiores crescimentos no ano foram registrados nas empresas que atendem diretamente às famílias, como aquelas voltadas ao bem-estar, lazer e cuidados pessoais, com aumento de 5,5% no volume de atividades. Na sequência, destacam-se os serviços profissionais, administrativos e complementares (3,7%) e os transportes, serviços auxiliares e correio (0,5%).

O bom desempenho operacional das empresas também se refletiu nas receitas. No primeiro quadrimestre, a receita nominal — que mede o faturamento sem descontar a inflação — subiu 5,8% nas empresas paranaenses do setor. No caso do turismo, o crescimento foi ainda mais significativo: 9,8% em comparação com o mesmo período de 2024.

Entre as empresas de turismo — que incluem hospedagens, gastronomia, transporte de passageiros, agências de viagens, operadores turísticos, serviços culturais, recreativos e auxiliares — o crescimento da receita foi ainda maior, de 9,8% de janeiro a abril no comparativo com os mesmos meses do ano passado.

OUTROS DADOS – Além do avanço no acumulado do ano, o setor manteve trajetória positiva em abril. Na comparação com março, o volume de serviços cresceu 0,2% no Estado, enquanto em relação a abril de 2024 a variação foi de 0,7%. Já as atividades turísticas tiveram expansão de 2,9% entre março e abril, e de 4,4% na comparação com abril do ano passado.

SOBRE A PMS – Produzida pelo IBGE, a Pesquisa Mensal de Serviços permite o acompanhamento conjuntural do setor no Brasil e nos estados, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que tenham serviços não financeiros como sua principal atividade, excluídas as áreas de saúde e educação.

Os dados completos podem ser consultados no Sidra, o Banco de Dados do IBGE. A próxima divulgação da PMS, relativa ao mês de maio, acontecerá em 11 de julho.

Foto: Ari Dias/AEN
FONTE: AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS

Receita Estadual reforça fiscalização e recupera meio milhão em impostos sonegados

As Delegacias Regionais da Receita Estadual de Curitiba e Guarapuava intensificaram as ações de fiscalização e conscientização em diversas cidades do Paraná ao longo desta semana. O foco das operações foi o combate à sonegação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e na regularização do transporte de mercadorias.

As Delegacias Regionais da Receita Estadual de Curitiba e Guarapuava intensificaram as ações de fiscalização e conscientização em diversas cidades do Paraná ao longo desta semana. O foco das operações foi o combate à sonegação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e na regularização do transporte de mercadorias. Ao todo,



mais de meio milhão de reais em imposto sonegado foram

recuperados.

A principal ocorrência registrada nessas operações aconteceu na cidade de Inácio Martins, na região Centro-Sul, onde 100% das cargas de madeira fiscalizadas apresentaram documentação irregular, o que impacta negativamente os repasses de ICMS ao município.

A operação também flagrou transporte de gado bovino sem Guia de Trânsito Animal (GTA) e uma carga suspeita de defensivos agrícolas, demonstrando a importância da atuação fiscal não apenas na arrecadação, mas também na proteção da sanidade animal e do setor agropecuário.

A operação de fiscalização foi realizada pela Delegacia Regional de Guarapuava em parceria com a Adapar, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal. As ações ocorreram

nos municípios de União da Vitória, Bituruna, Pinhão, Guarapuava e Inácio Martins, e resultaram na emissão de 90 autos de infração.

Foram identificadas irregularidades em mercadorias avaliadas em cerca de R\$ 1,5 milhão, muitas delas sem nota fiscal ou com documentação irregular, o que resultou na recuperação de aproximadamente R\$ 500 mil em ICMS não recolhido.

Já na Região Metropolitana de Curitiba, a DDR da Capital mobilizou mais de uma dezena de auditores fiscais em operações nos municípios de Almirante Tamandaré, Colombo, Itaperuçu e Rio Branco do Sul. As equipes atuaram em pontos fixos e com equipes móveis, fiscalizando o trânsito de mercadorias, especialmente cargas de calcário dolomítico, dolomita e cal, sendo que todos os autos de infração foram quitados e as irregularidades sanadas.

A ação teve como principal objetivo reforçar a presença do Fisco e garantir o cumprimento da legislação tributária no transporte de cargas.

Foto: Divulgação SEFA-PR
FONTE: AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS



FOLHA DA DIVISA

Divulgando a região

FOLHA DA DIVISA LTDA

CNPJ: 06.128.062/0001-60

Rua Abilón de Souza Naves, nº 770 - Vila Coelho - Santo Antônio da Platina/ PR - CEP: 86.430-000

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Iohana Silva

REPORTAGEM: Iohana N. T. Silva

N.R.: A redação não se responsabiliza pelos artigos e conceitos assinados, tão pouco os endossa, pois representam a opinião pessoal dos autores.

Por três anos consecutivos, Paraná tem melhor Índice de Situação Previdenciária do País

ISP avalia aspectos como transparência, gestão e situação financeira e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social de estados e municípios. Em 2019, a nota do Paraná era D (mais baixa), passando para A (mais alta) a partir de 2022 e mantida desde então.

A realidade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Paraná hoje é muito diferente do encontrado seis anos atrás, em 2019. Com nota máxima no Índice de Situação Previdenciária (ISP) há três anos consecutivos, o Estado é um dos poucos que conquistaram essa posição no último levantamento divulgado pelo Ministério da Previdência Social.

Em 2019, a nota do Paraná, dentro de uma graduação de A a D — sendo A o nível mais elevado e D o mais baixo — era justamente a pior delas. A cada ano, a previdência estadual, administrada pela ParanaPrevidência, subiu um degrau, passando para nota C em 2020, B em 2021, até alcançar a nota máxima em 2022, índice de excelência que tem se mantido até o momento. Apenas Amazonas e Mato Grosso compartilham o mesmo patamar do Paraná.

Com exceção do indicador de suficiência financeira, que recebeu nota B, o Paraná registrou nota máxima em todos os demais quesitos avaliados. São eles: indicadores relativos à regularidade, envio de informações, gestão, acumulação de recursos, cobertura previdenciária, reforma RPPS e vigência do Regime de Previdência Complementar (RPC), este último criado por lei no Estado em 2021. Todos esses quesitos formam o ISP.

O indicador avalia aspectos como transparência, gestão e situação financeira e atuarial dos RPPS de estados e municípios. Ele é calculado com base em informações prestadas pelos estados e Distrito Federal, armazenadas em sistemas gerenciados pela União.

Entre os possíveis fatores que contribuíram para essa mudança significativa no RPPS do Estado foi a Reforma da



Previdência realizada pelo Governo do Paraná, aprovada pela Assembleia Legislativa (Alep) ainda no primeiro ano da gestão do governador Carlos Massa Ratinho Junior, em 2019.

A Reforma da Previdência estadual seguiu o disposto na reforma federal e alterou as alíquotas de contribuição dos servidores públicos, passando de 11% para 14%; aumentou as idades mínimas para aposentadoria, com 65 anos para homens e 62 anos para mulheres; e fixou o período de 25 anos de contribuição como regra permanente, sendo que no mínimo 10 anos devem ser de efetivo exercício no serviço público e ao menos cinco anos no cargo pelo qual irá se aposentar. Servidores já na ativa quando foi aprovada a mudança contam com regras de transição.

“Temos mais de 260 mil vidas na nossa previdência do Estado do Paraná. São servidores públicos contratados sob o regime estatutário, dos quais pouco mais de 130 mil pessoas já estão aposentadas ou são pensionistas que recebem algum benefício”, destaca o secretário de Estado da Fazenda, Norberto Ortigara.

“O Paraná tem o maior e melhor fundo do Brasil, com alto nível de governança. E

por quê? Porque foi o primeiro Estado a ter feito a reforma previdenciária logo após a emenda constitucional que fez o mesmo a nível Brasil. Houve o entendimento entre os poderes para nos adaptarmos ao que a Constituição mandava, e fizemos exatamente no tempo certo, sendo o primeiro Estado a realizar esse movimento”, acrescentou o secretário.

Para o diretor-presidente da ParanaPrevidência, Felipe Vidigal, a reforma reverteu o cenário de descapitalização do fundo. “A previdência do Estado vinha, até 2019, descapitalizando cerca de R\$ 500 milhões por ano, ou seja, de 2015 a 2019 foram R\$ 2,5 bilhões, o que indicava que nós teríamos dinheiro para pagar esses compromissos, através do Fundo de Previdência, por cerca de seis anos”, lembra.

“A partir da reforma estadual, com novas regras e alíquotas, fizemos um novo plano de custeio para o fundo, revertendo a descapitalização. Atualmente os fundos administrados pela Parana Previdência têm uma situação privilegiada no Brasil. A perspectiva é de que daqui a 10 anos esse fundo, que hoje tem R\$ 12 bilhões, chegue a cerca de R\$ 25 bilhões”, acrescenta Vidigal.

Parte desse resultado está nos bons investimentos realizados pelo Estado. A rentabilidade acumulada nos últimos anos foi de 59% sobre os recursos. Para termos de comparação, a média de todos os fundos de pensão do Brasil no mesmo período ficou em torno de 42%, enquanto que a rentabilidade média dos RPPS do País ficou em torno de 34%.

“O grande diferencial foi a reforma da previdência, mas também a gestão financeira dos ativos do Fundo de Previdência. A rentabilidade que conseguimos aferir, principalmente na época da pandemia, quando a maioria dos fundos de pensão e dos RPPS do Brasil ficaram muito próxima de zero, a Paraná-previdência teve em um ano cerca de 8%, e no outro, 10%. Isso fez com que a nossa rentabilidade acumulada fosse muito superior à de todos os nossos pares”, complementa o diretor-presidente.

CERTIFICADO REGULAR – O cálculo do ISP leva em consideração outras bases de informações, como instrumentos de supervisão e controle, entre elas o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

O CRP atesta que estão sendo cumpridas as regras constitucionais e legais voltadas para a gestão do RPPS, demonstrando aos segurados e beneficiários que a gestão dos recursos está voltada à sustentabilidade do sistema previdenciário, em decorrência das boas práticas de gestão implementadas.

Em 2021, o Paraná conquistou o CRP Administrativo após 16 anos com um CRP Judicial, obtido via liminar. Na prática, essa mudança facilita as transferências voluntárias do governo federal, facilitando o fluxo natural de informações para a União. Para chegar ao CRP Administrativo, foi necessário o cumprimento de critérios legais e regulamentares estabelecidos pela legislação previdenciária.

“A partir do momento que nós entendemos que era necessário obter o CRP Administrativo, uma vez que com a re-

forma da previdência iríamos perder o Judicial, buscamos trabalhar muito forte na área de governança. Aderimos ao nível II do programa Pró-Gestão, passamos para o nível III e toda essa governança propiciou que aumentássemos o nosso ISP”, ressalta Vidigal.

NÍVEL III – A adesão ao Pró-Gestão é outro marco na previdência estadual, com o Paraná conquistando o nível III do programa do Ministério da Previdência Social. É o segundo grau mais elevado dentro da iniciativa, atrás apenas do nível IV, refletindo o excelente nível de governança do RPPS do Paraná.

A certificação foi conquistada após uma auditoria atestando que a Paranaprevidência cumpriu 100% de todas as exigências da agência certificadora credenciada pelo órgão federal. Para chegar ao nível III, o Estado teve de garantir 24 itens de conformidade requeridos, entre eles o de concessão e manutenção dos benefícios, gestão de investimentos, educação previdenciária, recadastramento de servidores, entre outros.

A adesão ao Pró-Gestão permitiu ao Estado a possibilidade de investimentos mais sofisticados. A cada nível, esse grau de sofisticação aumenta, possibilitando a busca por melhores rentabilidades. “Os recursos estão aplicados no mercado financeiro, sendo que quase 90% em títulos do Tesouro Nacional, portanto, com total segurança”, explica Ortigara. “Mas também, dentro da regra, nós diversificamos as aplicações para diluir riscos. Temos investimentos de curto prazo, que nós precisamos para o caixa e pagamento de benefícios, e aplicações a médio prazo, além da contribuição dos servidores ativos e inativos, que contribuem com mais de R\$ 526 milhões todos os meses.”

CAIXA ROBUSTO – Parte desse processo de consolidação do RPPS do Paraná é o constante crescimento do caixa do Fundo de Previdência da ParanaPrevidência, aquele que paga servidores aposentados e pensionistas. Em 2019, eram R\$ 5,7 bilhões.

O valor mais que dobrou em 2025, com R\$ 12 bilhões capitalizados, crescimento de 110% em seis anos. Essa evolução ocorreu ao mesmo tempo em que foram pagos mais de R\$ 14,5 bilhões em benefícios no período.

Todo mês, a previdência estadual paga cerca de 133 mil benefícios previdenciários. O Fundo de Previdência capitalizado paga R\$ 270 milhões mensais, desonerando o Tesouro do Estado em cerca de 27% do custeio previdenciário. Segundo Vidigal, a previsão é que dentro de 10 anos o fundo arque com 50% do custeio.

“Atualmente pagamos R\$ 1,19 bilhão por mês em benefícios. Daqui 10 anos, cerca de R\$ 500 a R\$ 600 milhões serão pagos pelo Fundo de Previdência, desonerando o Tesouro do Estado e sobrando mais dinheiro para áreas como educação, segurança e saúde”, ressaltou. “Esse bom momento da previdência estadual é fundamental para que o Paraná continue com esse forte crescimento registrado nos últimos anos.”

Em 2024, o Estado alcançou o maior investimento de sua história, com a aplicação de R\$ 6,41 bilhões, segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa). O valor é 64,3% superior ao que a própria pasta havia projetado para o ano. Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, a previsão era de que os investimentos públicos chegassem à casa dos R\$ 3,9 bilhões.

“Tivemos o maior investimento da história realizado em 2024 e queremos fechar 2025 batendo esse recorde porque investimento muda a realidade das pessoas e muda a condição de capacidade competitiva da economia. Estamos decididos a fortalecer a boa visão do Paraná de ser um estado firme, organizado, equilibrado, com dívida negativa, caixa robusto, para privilegiar cada vez mais o nível de investimento na nossa economia”, conclui o secretário da Fazenda.

Foto: Ari Dias/AEN

FONTE: AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS

Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro
-Estado do Paraná-
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Departamento de Licitações e Contratos

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

AVISO DE DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025 (PMRC) – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2025 (PMRC)

LISANDRO JOSÉ NÉIA BAGGIO, Prefeito do Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, principalmente para a intimação das partes, terceiros e eventuais interessados que **HOMOLOGOU**, o processamento do Pregão Eletrônico nº 21/2025 (PMRC) – Registro de Preços, realizado no dia 29 de maio de 2025 (Lances e Habilitação), objetivando **Contratação de pessoa jurídica, na modalidade Pregão em sua forma eletrônica no Sistema de Registro de Preços, habilitada para transporte coletivo, na área de transporte escolar, destinados à zona rural e urbana do município de Ribeirão Claro para prestar serviços à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme percursos, quilometragens e valores máximos abaixo citados, bem como nas condições estabelecidas pela Lei Municipal nº 143/99 e pelo Regulamento do Transporte Escolar, compreendendo 202 dias letivos para o ano de 2025**, em favor das empresas **19.339.105 ALEXANDRO FERREIRA - CNPJ: 19.339.105/0001-06; 55.785.312 APARECIDO ADEMAR FORMENTINI DA SILVA - CNPJ: 55.785.312/0001-40; ALLAN RODRIGUES ZIROLDO - CNPJ: 24.659.746/0001-70; APARECIDO IRINEU FORMENTINI DA SILVA - ME - CNPJ: 15.565.602/0001-63; C. A. SALVADOR - TURISMO - CNPJ: 22.023.807/0001-82; CELMA RODRIGUES & CIA LTDA. - ME - CNPJ: 11.427.335/0001-07; CLEITON TIELI DE OLIVEIRA - CNPJ: 28.289.046/0001-91; DIRCEU MANOEL CORREA - MEI - CNPJ: 44.607.466/0001-25; EUILES ROBERTO RUSSO - ME - CNPJ: 11.387.432/0001-13; FAMILIA FERREIRA TRANSPORTES LTDA. - ME - CNPJ: 11.399.397/0001-52; GENIVALDO PAULO DA ROSA - ME - CNPJ: 11.387.440/0001-60; HELIO PEREIRA DA SILVA TRANSPORTES - ME - CNPJ: 11.399.366/0001-00; J. FERREIRA & M. J. FERREIRA LTDA. - CNPJ: 11.431.275/0001-04; JOAO FOGAÇA ROSA - CNPJ: 11.414.946/0001-10; L C ROSA & L S ROSA TRANSPORTES LTDA - CNPJ: 81.425.670/0001-51; PAIXAO TUR LTDA - CNPJ: 19.339.138/0001-48; REGINALDO CORREA - TRANSPORTE - CNPJ: 11.427.343/0001-53; SALVADOR MANOEL CORREA - CNPJ: 11.424.366/0001-04**, por terem satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado propostas convenientes aos interesses da administração. Informamos que maiores detalhes quanto ao descritivo dos itens, bem como quantidade, marcas e valores, serão encontrados publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município. Junte-se ao procedimento. Publique-se.

Ribeirão Claro-Pr, 13 de junho de 2025.

Lisandro José Néia Baggio
Prefeito Municipal

Queda de 30%: taxa de homicídios do Paraná atinge menor patamar da história

Foram 540 crimes desse tipo entre janeiro e maio, contra 778 no mesmo período do ano passado, segundo dados do Centro de Análise, Planejamento e Estatística (Cape) da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

O Paraná registrou uma redução de 30,6% nos homicídios dolosos nos cinco primeiros meses de 2025. Foram 540 crimes desse tipo entre janeiro e maio, contra 778 no mesmo período do ano passado, segundo dados do Centro de Análise, Planejamento e Estatística (Cape) da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). Nos primeiros cinco meses de 2009, há 15 anos, por exemplo, foram registrados 1.231 homicídios no mesmo período.

Com esse resultado, a taxa de homicídios dolosos no Estado caiu para 4,54 casos por 100 mil habitantes – a menor da história para o período. Em 2024, já havia sido registrado um patamar inédito de 6,58 homicídios por 100 mil habitantes nos primeiros cinco meses do ano. Mesmo partindo desse índice já reduzido, o desempenho de 2025 projeta um novo recorde positivo ao fim do ano.

Os números representam também o menor volume absoluto de registros desse



crime desde o início da série histórica da Sesp, em 2009, quando a taxa era de 11,52 homicídios por 100 mil habitantes no mesmo intervalo. O pior índice foi registrado em 2010, com 14,48 por 100 mil habitantes.

A queda no número de homicídios dolosos é acompanhada de outros indicadores positivos na área de seguran-

ça. No primeiro quadrimestre, por exemplo, o número de roubos caiu 20,5% no Paraná – de 6.603 ocorrências de janeiro a abril do ano passado para 5.548 no começo deste ano.

MUNICÍPIOS – Ainda nos primeiros cinco meses deste ano, 288 municípios paranaenses, 59,65% do total, não registraram nenhum homicídio. Se calculado o número

total de homicídios dolosos no período (540), em 82 municípios houve apenas um caso.

Um dos símbolos do esforço do Paraná no combate aos crimes violentos é a Operação Cidade Segura, que alia ações preventivas, repressivas e o uso de inteligência policial para redução dos indicadores criminais. A iniciativa abrange atualmente 87 cidades, que

juntas correspondem por cerca de 80% dos homicídios.

INVESTIMENTOS – Essa redução expressiva nos índices também é resultado direto dos investimentos realizados pelo Governo do Estado desde 2019 para fortalecer a segurança pública. Nos últimos seis anos, o valor destinado ao setor mais do que dobrou, passando de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 7 bilhões na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Com mais dinheiro, a Sesp promoveu a contratação de novos policiais em todas as regiões, além da aquisição de viaturas, armamentos, aeronaves e embarcações, além do fortalecimento da inteligência policial e do aumento da presença ostensiva nas ruas.

Somente em 2024, o Estado entregou 360 novos veículos, entre viaturas, lanchas, caminhões e ambulâncias e destinou cerca de R\$ 117 milhões para a compra de helicópteros e veículos blindados. Neste ano, um concurso público foi lançado para a contratação de dois mil policiais

militares, enquanto 93 cães estão sendo adquiridos para atuar na detecção de drogas e explosivos, fiscalização de veículos, salvamento de vítimas de desastres e busca de pessoas desaparecidas.

No fim de maio, 1.400 tasers de última geração e câmeras corporais com inteligência artificial foram entregues às forças policiais. A Sesp também contratou mais 440 viaturas, 53 camionetes de grande porte para missões especiais, 1.900 armas portáteis, 5.200 pistolas e 200 motocicletas.

Segundo o secretário estadual da Segurança Pública, Hudson Leôncio Teixeira, a redução histórica dos homicídios é reflexo da prioridade dada ao setor. “Esse resultado é fruto da integração entre as forças de segurança e de uma política contínua de fortalecimento do efetivo, da inteligência policial e da presença ostensiva em todo o Paraná”, afirmou.

Foto: SESP

FONTE: AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS

Paraná incentiva municípios a construírem espaços de acolhimento para mulheres

A Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa incentiva os municípios a construir espaços de acolhimento a mulheres em situação de violência. A pasta disponibilizou às prefeituras informações técnicas, proposta de investimento e o projeto arquitetônico do Espaço de Acolhimento da Mulher que pode ser seguido, o que acelera o processo construtivo.

A Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa incentiva os municípios a construir espaços de acolhimento a mulheres em situação de violência. A pasta disponibilizou às prefeituras informações técnicas, proposta de investimento e o projeto arquitetônico do Espaço de Acolhimento da Mulher que pode ser seguido, o que acelera o processo construtivo. Há inclusive um site especial para o projeto.

Nesta semana, a secretária Leandre Dal Ponte conversou com a Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Associação do Cantuquiriguaçu e Associação dos Municípios

do Vale do Ivaí (AMUVI) sobre os projetos. Ela ressaltou que o Governo do Estado deseja ampliar e aprimorar a política pública de acolhimento às mulheres em situação de violência que necessitem de proteção temporária.

“Temos recursos disponíveis para poder ajudar, eles serão transferidos fundo a fundo, com fiscalização do Paranaidade. No entanto, é necessário que as associações e prefeituras se envolvam no processo e na administração desses espaços. Vamos percorrer o Paraná com o objetivo de incentivar a adesão a essas obras”, comentou.

Marcel Micheletto, prefei-



to de Assis Chateaubriand e presidente da AMP, disse que todas as ações em defesa das mulheres precisam ser valorizadas. “Vamos levar essa mensagem a todos os prefeitos e incentivar investimentos nessa área”, afirmou.

R\$ 150 MILHÕES – O Governo do Paraná, por meio da Semipi, publicou recentemente a Resolução nº 25/2025, que regulamenta a transferência de recursos financeiros aos municípios para investimento em obras que atendam políticas de direitos da mulher e da pessoa idosa. São mais de R\$ 150 milhões para construções como a Casa da Mulher Paranaense, espaços para impulsionar a carreira das mulheres e promover o potencial e o protagonismo

feminino, complexos sociais para a população idosa e espaços de acolhimento.

A regulamentação para solicitação de recursos da Semipi é voltada para os municípios que têm interesse em obras para estes segmentos. As prefeituras precisam apresentar o projeto arquitetônico e a proposta de investimento,

incluindo a demonstração de demanda no município, e como custearão a manutenção do espaço nos próximos quatro anos. A exceção é a Casa da Mulher Paranaense, mediante projeto padrão e oferecido pela Semipi.

Foto: Robson Mafra/SEMIP

FONTE: AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS



Bom Preço

SUPERMERCADOS

É um BARATO comprar aqui!

Rua Washington Luiz, 1222
Ipaussu/SP
(14) 3344-9070 smbompreco.com.br



Nova Ética Imobiliária

VENDE-SE

43 99972-8426 | 43 99970-2225
43 99149-9928 | 14 99852-4665
novaetica7@hotmail.com